

A AEPET começa a publicar os depoimentos, relatórios e todos os outros assuntos referentes à Proposta de Emenda Constitucional nº 61 (PEC-6), que pretende acabar com o monopólio estatal do petróleo.

PEC-6
1

O trabalho da Petrobras

Depoimento de F. Siqueira

Transcrevemos o depoimento do presidente da AEPET, Fernando Siqueira, na Comissão. "A questão fundamental do petróleo é que os países do Primeiro Mundo, que consomem 75% do petróleo produzido, não têm reservas." Ao começar o seu depoimento, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC-6, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, destacou que o petróleo é hoje uma questão matemática e não ideológica.

Procurando desmistificar alguns tabus, Siqueira disse que é errada a afirmativa de que o Brasil tem "uma presença estatal inchada". Apresentando um Relatório da ONU, de 1991, provou que, nos países do Primeiro Mundo, a presença do Estado é da ordem de 40% a 50% do PIB e nos de Terceiro Mundo, entre os quais se inclui o Brasil, é de menos de 20%.

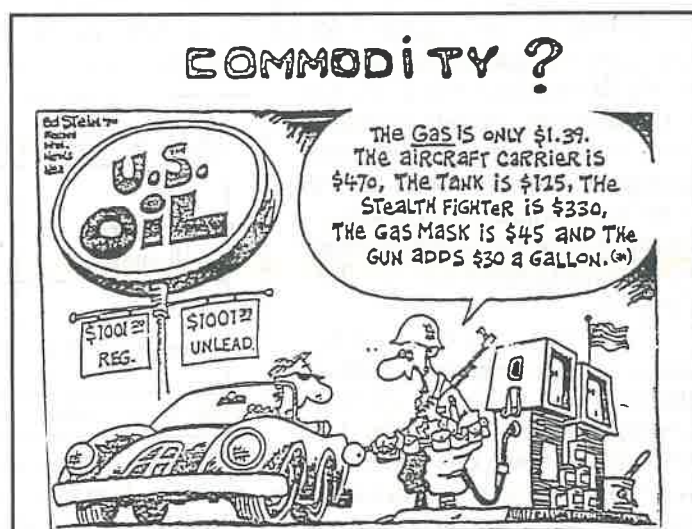
Um outro mito é de que o petróleo é uma "commodity". Apresentando uma charge, Siqueira explicou que o petróleo

importado do Oriente Médio pelo governo norte-americano custa em torno de US\$ 90 por barril. E por quê?

São US\$ 18 referentes ao do barril mais US\$ 72, por barril, para manter os fornecedores do Oriente Médio sob o controle americano. Isto fica claro quando se analisa as causas

da guerra do Golfo, que não teria acontecido por uma simples "commodity". Fica clara, também a importância do petróleo para os Estados Unidos. Então imagine-se o que seria deles sem petróleo.

Os Estados Unidos consomem, por ano, 23,3 barris de óleo por habitante, enquanto no Brasil o consumo é de 3,4 e na



Tradução: "A gasolina custa somente \$ 1,39. O porta-aviões custa \$ 470, o tanque, \$ 125, o avião 'Stealth', \$ 330, a máscara de gás, \$ 45 e o fuzil aumenta em \$ 30 o galão."

Europa de 12. Os EUA consomem muito mais energia do que podem. Se os países do Terceiro Mundo usassem o que a Europa gasta, não haveria combustível disponível hoje no mundo para atender à todas as demandas. Essa é, segundo o presidente da AEPET, uma das razões para que se mantenha o Terceiro Mundo subdesenvolvido até hoje.

As reservas de petróleo norte-americanas que eram, recentemente, de 33 bilhões de barris, caíram, em 1994, para 23 bilhões de barris. O Brasil, que tinha 8,1 bilhões de reservas, já atingiu 10 bilhões. Nossas reservas são crescentes, projetando-se para os próximos cinco anos, atingirmos 30 bilhões de barris, o que significaria ultrapassar à norte-americana. Isso mostra a importância do petróleo para um país que não tem reservas e consome 30% do petróleo mundial. As reservas norte-americanas, se usado apenas o petróleo próprio, daria para menos de seis anos.

Das 10 principais companhias de petróleo do mundo, 9 são estatais. Isso significa que 93% das reservas mundiais estão em mãos de estatais, o que tende a aumentar. E as 6 "Irmãs", que dominam o oligopólio mundial de petróleo, têm apenas 4,5% das reservas. A Shell está mais ou menos no mesmo nível da Petrobras, em 10º lugar.

(Continua na página 2)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 06-A, DE 1995 (Do Poder Executivo) MENSAGEM Nº 194/95

Altera o § 1º do artigo 177 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade, contra os votos dos Srs. Gilvan Freire, Uilson Bandeira, José Genoíno, Marcelo Deda, Milton Mendes, Paulo Delgado, Alexandre Cardoso, Aldo Arantes e, em separado, dos Srs. Nilson Gibson, Coriolano Sales, Enio Bacci, Hélio Bicudo e Matheus Schmidt. (PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 05, DE 1995, A QUE SE REFERE O PARECER)

Art. 1º É conferida a seguinte redação ao § 1º do art. 177 da Constituição Federal:

§ 1º A União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

O trabalho da Petrobras

(Continuação)

Prosseguiu Siqueira: "Até cinco anos atrás isto não era problema porque as multinacionais compravam petróleo e deixavam as estatais correrem os riscos e fazerem os investimentos necessários em exploração, enquanto elas ficavam com a parte lucrativa, o refino e a venda. Mas, de repente, os estados produtores resolveram também investir no segmento lucrativo, comprando refinarias e distribuidoras, o que ameaçou as Seis Irmãs, que dominam o petróleo no mundo todo."

Falou-se muito que as empresas trariam investimento e tecnologia quando os contratos de risco viessem para o Brasil. No balanço de 13 anos de contratos de risco no Brasil, a Petrobras investiu US\$ 26 bilhões contra apenas US\$ 1,8 bilhão dos contratados, dos quais cerca de US\$ 500 milhões foram da aventura da Paulipetro, ficando o restante com as multinacionais de petróleo, a maior parte gasto em sondas do Mar do Norte que vieram para cumprir o contrato. O que entrou efetivamente no País gerando empregos foram US\$ 350 milhões.

Nesse período, a Petrobras descobriu os campos gigantes de Marlin, Albacora e Barracuda, gerando tecnologia em águas profundas, uma tecnologia de ponta que o mundo todo procura hoje, tanto que temos três empresas multinacionais em "joint ventures" com a Petrobras, em parceria nesta área. Há também a falácia de que a Petrobras só abriu as áreas que não tinham petróleo. Cerca de 855 das bacias sedimentares foram colocadas para os contratos de risco, inclusive nas águas profundas da Bacia de Campos. Eles não entraram porque se negaram a assinar uma cláusula contratual de que se achassem petróleo em águas profundas teriam que desenvolver a tecnologia. Não quiseram investir tanto, mas a Petrobras investiu e hoje todos querem pesquisar na Bacia de Campos já descoberta. Não é mais contrato de risco, é contrato de certeza.

Detectamos 20 ameaças que a Petrobras vem sofrendo, sobretudo nos últimos anos. Pelo pouco tempo que disponho — apenas 20 minutos — só vou colocar a referente à estrutura de preços. Esse é um dos maiores escândalos que temos no País e a mídia não denuncia, embora a AEPET venha, há cinco anos, falando nisso. Se analisarmos o período de 8 de dezembro de 1993 a 26 de abril de 1994, vemos que a Petrobras teve um reajuste de 391% no preço do combustível, enquanto os distribuidores ganharam

602%, tendo o percentual da Petrobras ficado abaixo da inflação.

Esta distorção vem ocorrendo desde 1986. A Petrobras, em 1986, entregava a gasolina na refinaria a 30 centavos de dólar por barril e hoje está entregando a 8 centavos, ou seja, é a segunda gasolina mais barata do mundo na refinaria. Mas ela sai a 8 e chega ao consumidor por 53, com ganho para os distribuidores, que passaram de 2,3% para 14%.

Se compararmos a estrutura de preços hoje no Brasil e nos Estados Unidos verificamos que naquele país a parcela dos refinadores é de 67%, enquanto a Petrobras fica com 14%. O distribuidor nos EUA recebe 2%, enquanto aqui fica com 14%. As parcelas dos impostos e revendedores são maiores aqui também.

INVESTIMENTO NO BRASIL

Petrobras 40 anos	Empresas Estrangeiras No século
US\$ 80 bi No setor petróleo	US\$ 72,5 bi Em todos os ramos da economia

Fonte: Petrobras, Dexnor, janeiro de 1994

O distribuidor que não arrisca nada, nem mesmo tem risco cambial, porque a Petrobras compra em dólares e vende em reais, recebe praticamente o mesmo percentual da Petrobras.

"Pela Portaria nº 30 do DNC isso fica bem claro, porque cada participante deve receber pelo volume de trabalho que executa. E, na prática, isto não ocorre. Por essa Portaria, um trabalhador numa distribuidora ganha 41 vezes a hora trabalhada numa refinaria da Petrobras. Esse é o absurdo a que chegamos", disse Siqueira. A AEPET encaminhou três cartas ao ex-presidente Itamar Franco solicitando que fosse refeita a estrutura de preços e que se voltasse, pelo menos, à estrutura de 1989, explicando que o consumidor poderia ter uma redução de preços de até 20%, e ainda assim a Petrobras seria lucrativa. Mas nada conseguiu.

"Quando se compara duas coisas, é preciso comparar coisas idênticas. O custo do barril de petróleo no Mar do Norte está em US\$ 4,17, enquanto o da Bacia de Campos está, hoje, em US\$ 3,76. Neste caso é possível fazer a comparação. Não é como a que fizeram no ano passado, afirmando que a Petrobras era ineficiente porque produzia 33 barris por empregado. Ora, esse dado depende exclusivamente do petróleo que está lá

no fundo. Essa afirmativa é absurda. E ainda tiraram a média mundial baseada nos três maiores produtores. Um dado totalmente manipulado. Quando o pretenso autor foi consultado, esclareceu que não diria uma besteira dessas".

Quase ao final dos seus 20 minutos de exposição, o presidente da AEPET enumerou as vantagens do monopólio estatal de petróleo: em 41 anos, o País nunca ficou desabastecido; a Petrobras ganhou um prêmio mundial de indústria de petróleo mais eficiente, por sua tecnologia em águas profundas; economizou US\$ 200 bilhões em divisas; a Petrobras investiu US\$ 80 bilhões no País, enquanto 6.311 multinacionais investiram US\$ 72,5 bilhões, aproximadamente; economizou US\$ 120 bilhões para os consumidores, com as vendas mais baratas; US\$ 9 bilhões de dividendos; recolhe, em média, US\$ 4,5 bilhões de impostos por ano, movimentando apenas 3% do PIB, enquanto o sistema financeiro, que movimenta 23% do PIB, recolhe apenas US\$ 3 bilhões. E ainda dizem que ela não paga impostos.

Além disso adquiriu, absorveu e gerou tecnologia que repassou ao País. Adquire mais de 90% de seus equipamentos no Brasil, incentivando nossa indústria. Elevou as reservas em 560 vezes, chegando a 10 bilhões de barris, com perspectiva de ir a 30 bilhões. Produz mais de 60% do consumo atual de petróleo e pode chegar à auto-suficiência, se isso for exigido. Vende a segunda gasolina mais barata do mundo na porta da refinaria. Estabeleceu convênio com diversas universidades, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. É a empresa que mais cresce no setor, já sendo a 15ª do mundo. Ganhou o "Oscar" da indústria, com o prêmio de tecnologia em águas profundas. Gera cerca de 1,5 milhão de empregos indiretos e tem 50 mil empregados.

Com a quebra do monopólio estatal de petróleo, correremos uma série de riscos. Entre eles: o aumento imediato do preço do combustível, como ocorreu na Argentina. O programa de álcool acaba imediatamente. Aumentam os preços dos produtos agrícolas, porque o custo de transportar o combustível para o campo será muito maior. Haverá risco de desabastecimento nas regiões longínquas (só a BR atua em Rondônia). Haverá risco para a segurança nacional. A Nação perderá o controle da energia e os lucros da indústria não serão necessariamente reinvestidos no País.

Exposição de Motivos para a Emenda

Senhores Membros do Congresso Nacional,

"Nos termos do artigo 60, inciso II, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça, do Planejamento e Orçamento, da Fazenda, de Minas e Energia, da Previdência e Assistência Social e da Administração Federal e Reforma do Estado, proposta de emenda constitucional que "Altera o parágrafo 1º do art. 177 da Constituição Federal".

Brasília, 16 de fevereiro de 1995.

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Brasília, 16 de fevereiro de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em obediência à orientação de Vossa Excelência no sentido de expurgar do texto constitucional os elementos que se afiguram limitadores do desenvolvimento econômico e restritos às alterações da política governamental, pretende-se conferir à legislação ordinária a possibilidade de conformar a indústria de petróleo ao modelo energético requerido pelo estágio de desenvolvimento do País.

2. A Emenda visa a flexibilizar o monopólio do petróleo de forma que a União possa contratar com empresas privadas a realização das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, refino de petróleo, importação e exportação de petróleo, gás e derivados, bem como o transporte marítimo de petróleo, derivados e gás natural, inclusive por meio de dutos. Assevere-se que lei ordinária deverá regular as condições e relações contratuais concernentes. Nesta medida, à flexibilização a ser implementada em nível infraconstitucional implica a ampliação da competência do Poder Legislativo na discussão dos rumos da política governamental voltada para o setor do petróleo.

3. Tal flexibilização permitirá a atração de capitais privados para determinadas atividades em que se requer a expansão dos investimentos em volume insuscetível de financiamento exclusivo por parte da PETROBRAS. A título de exemplo, a União poderá celebrar contratos de risco na pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, levando em conta a sistemática atu-

almente adotada nas principais fronteiras petrolíferas do mundo (como no Mar do Norte). Poderão também ser autorizadas por lei a realização de "joint ventures" e parcerias da PETROBRAS com empresas privadas em empreendimentos específicos de maior porte, como no caso da construção da nova refinaria do NE.

4. Julgamos, Senhor Presidente, que a alteração proposta irá ao encontro do projeto de desenvolvimento econômico e social propugnado por Vossa Excelência, manifestando-se compatível com a construção de uma economia mais aberta, dinâmica e competitiva.

Respeitosamente,

NELSON JOBIM
Ministro de Estado da Justiça

PEDRO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

JOSÉ SERRA
Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento

REINHOLD STEPHANES
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

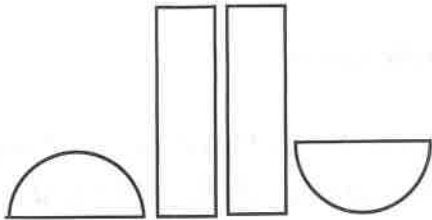
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

RAIMUNDO BRITO
Ministro de Estado de Minas e Energia

Os Passos

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1 – A Comissão que estuda a flexibilização do monopólio estatal de petróleo teria o prazo de 40 sessões para apresentar o seu relatório, o que foi feito antes. Para aprovar o parecer final de uma emenda é preciso apoio de metade mais um dos deputados presentes
- 2 – O parecer da Comissão Especial deve ser publicado
- 3 – Após duas sessões ordinárias entra na pauta para debates e votação em plenário
- 4 – O presidente da Câmara dos Deputados pode tentar encurtar o tempo reservado aos debates – no máximo 4 sessões – e colocar o parecer em votação imediatamente, o que dependerá do desempenho da oposição
- 5 – Cada emenda terá de passar por dois turnos de votação. Em cada votação são necessários 308 votos (três quintos do plenário) para aprovação da emenda. Entre um turno e outro corre o prazo de 5 sessões. Nesse intervalo podem ser apresentadas novas propostas de mudança na redação da emenda. No segundo turno os debates não podem demorar mais de duas sessões
- 6 – Aprovada a emenda é necessária nova votação para acertar a redação final, incluindo as propostas que eventualmente alterarem o texto original enviado pelo governo. Depois a emenda é publicada e segue para o Senado



NO SENADO

- 1 – A emenda é publicada e, em 48 horas, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que terá 30 sessões para emitir parecer sobre a emenda. Nos 10 primeiros dias podem ser apresentadas propostas de mudança da emenda
- 2 – Aprovado o parecer da Comissão, ele é publicado. Depois de cinco sessões a emenda é incluída na pauta do Senado para os debates e a votação
- 3 – Haverá 5 sessões para discussão do parecer da Comissão. Depois a emenda será colocada em votação em primeiro turno. São necessários os votos de 49 senadores (3/5) para aprovação
- 4 – Antes do segundo turno de votação corre prazo de 5 sessões e haverá mais 3 sessões de debates
- 5 – Se mudar uma vírgula no segundo turno de votação as emendas voltam à Comissão que terá mais 5 dias para emitir parecer
- 6 – Se o Senado fizer mudanças na emenda que saiu da Câmara, ela será devolvida e começará de novo no plenário. Se a Câmara discordar das mudanças feitas pelos senadores, retoma o texto do jeito que estava antes e promulga a emenda jogando no lixo o trabalho do Senado. Se a emenda sair do Senado intocada, o presidente do Congresso convoca sessão para promulgá-la e ela entra em vigor

OBSERVAÇÃO

O Governo vem tentando acelerar a votação. Na primeira etapa, a Comissão Especial gastou menos de 40 sessões para dar o parecer final e eliminou vários nomes que seriam convocados para esclarecimentos. Segundo fontes governamentais todas as emendas estarão decididas pela Câmara dos Deputados até o final deste mês de maio.

A COMISSÃO

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1995, QUE "ALTERA O § 1º DO ART. 177" (MONOPÓLIO DO PETRÓLEO).

PRESIDENTE: Deputado ALBERTO GOLDMAN (PMDB/SP)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado EDINHO BEZ (PMDB/SC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado JACKSON PEREIRA (PSDB/CE)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado BETINHO ROSADO (PFL/PTB/RN)

RELATOR: Deputado LIMA NETTO (PFL/PTB/RJ)

TITULARES

BETINHO ROSADO PFL/PTB
LIMA NETTO
JOSÉ MUCIO MONTEIRO
JÚLIO CÉSAR
RODRIGUES PALMA
RUBEM MEDINA
VICENTE CASCIONE
ALBERTO GOLDMAN PMDB
EDINHO BEZ
IVO MAINARDI
PAULO TITAN
RIVALDO MACARI
SIMARA ELLERY
JACKSON PEREIRA PSDB
MÁRCIO FORTES
RÉGIS DE OLIVEIRA
VITTÓRIO MEDIOLI

SUPLENTE

ANTONIO FEIJÃO
ANTONIO GERALDO
CARLOS MAGNO
FERNANDO GONÇALVES
JOÃO MELLÃO NETO
OSVALDO COELHO
PAULO GOUVEA
ANTÔNIO DO VALLE
HÉLIO ROSAS
JORGE WILSON
JOSIAS GONZAGA
MARCOS LIMA
NICIAS RIBEIRO
AYRES DA CUNHA
ERMESON OLAVO PIRES
EZÍDIO PINHEIRO
ROMMEL FEIJÓ

DELFIN NETTO
JÚLIO REDECKER
ROBERTO CAMPOS
LUCIANO ZICA
MIGUEL ROSSETTO
MARCELO DEDA
SALATIEL CARVALHO
SILVERNANI SANTOS
CORIOLANO SALES
EDSON EZEQUIEL
JOSÉ EGYDIO
GONZAGA PATRIOTA
HAROLDO LIMA

PPR

PT

PP

PDT

PL/PSD/PSC
PSB/PMN
PC do B

EURICO MIRANDA
FAUSTO MARTELLO
MARIA VALADÃO
CHICO FERRAMENTA
FERNANDO FERRO
CONCEIÇÃO TAVARES
JOSÉ JATENE
VADÃO GOMES
ENIO BACCI
SERAFIM VENZON
ROLAND LAVIGNE
USHITARO KAMIA
Vago

NOS JORNAIS A Zero

Sova mesmo levou o governo na audiência pública de sexta-feira no Congresso sobre o fim do monopólio da Petrobras.

O representante do governo ficou no fundo do plenário enquanto os engenheiros da Petrobras, munidos de mapas e gráficos, mostravam a eficiência da Petrobras como empresa estatal.

Muitos deputados, inclusive do PPR, o partido que defende com maior veemência a quebra dos monopólios, ficaram balançados.

(O Estado de S. Paulo, 19/03/95)

NO PRÓXIMO PEC-6 ESTAREMOS PUBLICANDO O PARECER DO RELATOR PROCÓPIO LIMA NETTO E A ANÁLISE DA AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ
CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774
- Boletim da AEPET
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra
- Diagramação e Editoração Eletrônica: Graphis Comunicação & Design Ltda. - Tel.: 220-2566/240-4395